

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE <u>CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO</u> ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005, e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018, e suas alterações, e, por intermédio de seu Plano de Manejo, aprovado pelo Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013.

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da APA - Serra Dona Francisca, realizada em 18/09/2023.

No décimo oitavo dia, do mês de setembro, do ano dois mil e vinte e três, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Estiveram Presentes os Conselheiros(as) - mandato de 01/01/2022 à 31/12/2023, conforme Decreto nº 45.022, de 20 de dezembro de 2021, e suas alterações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Gestor da APA; Ademir Sgrott, da AJM; Ernesto Caetano da Silva, da SDE.UDR; Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA, Carla Caroline Correia, da SAMA; Gabriel Klein Wolfart, do SINDPEDRAS; Alcides Bergmann, da AJAq; Marli Fleith Sacavem, da AMEM; Hector Silvio Haverroth, da EPAGRI; Patricia Helena Eggert Karnopp, da CAJ; Jonas Pykocz, da SEINFRA-Sub Pirabeiraba; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; Anselmo Benvindo Cadorin, AEA-Babitonga; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; e, Alinor Artmann, da AMEM. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Nathan Gomes de Oliveira, da SAMA; Ana Luisa Rizatti, da SAMA; Marcos Antônio Santos, da CAJ; Fábio de Oliveira, da SEINFRA; Marcos Aurélio Bueno, da PMA-Polícia Militar Ambiental. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: 1) Aprovação da Ata Reunião

08/08/2023; 2) Dessassoreamento dos Rios da APA; 3) Sugestão de Pauta e Palavra Livre. Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião 08/08/2023: A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco cumprimentou a todos, deu boas-vindas, e questionou se os Conselheiros receberam a Ata da Reunião Ordinária do dia 08/08/2023, e se teriam alguma consideração a fazer, ao que, sem quaisquer manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco coloca a Ata em votação, sendo aprovada por maioria dos votos dos Conselheiros, registrada uma abstenção. Pauta 2) Desassoreamento dos Rios da APA: A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco cede a palavra a Diretora Ana Rizatti, da SAMA, que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia sua fala apresentando um cronograma das ações de desassoreamento que a SEINFRA realizará primeiramente nos pontos mapeados pela Defesa Civil, com o objetivo de ampliar posteriormente para outros pontos. Ana informa que a SEINFRA já tem realizado o desassoreamento de forma mais expressiva que em épocas anteriores, pois esta é uma preocupação antiga, reforçando que não será diferente nos rios da APA, em que também serão identificados os pontos que mais necessitam do desassoreamento para que o mesmo seja realizado antes que haja qualquer problema relacionado à não realização dessas ações. Sobre os locais, o Conselheiro Jonas Pykocz, da SEINFRA informa que em alguns pontos já fora obtidas licenças para o desassoreamento, enquanto outros ainda estão aguardando a liberação, sendo o primeiro ponto mencionado o da ponte sobre o Rio Cubatão, ponte que está atualmente em reconstrução; o segundo ponto sendo no Rio Quiriri, na Curva do Nereu, a qual foi solicitada a CCA (Certidão de Conformidade Ambiental), mas a liberação ainda não foi concluída; o terceiro ponto sendo o afluente do Rio Cubatão na Estrada do Pico; pontos quatro, cinco e seis também no Rio Cubatão, sendo esse último no trecho da ponte de madeira na estrada João Fleith, na qual já está sendo feito o serviço de desassoreamento; sétimo e oitavo pontos sendo respectivamente no final do quilômetro cinco, e meio do quilômetro três, do Rio da Prata; e, nono e último ponto da programação atual, que se localiza mais a cima da ponte João Fleith no Rio Cubatão, onde o assoreamento incorre em risco de árvores da margem do rio serem derrubadas, e caírem sobre a ponte se não for executado o desassoreamento. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM diz ter conhecimento de outro ponto próximo ao ponto nove, no Rio Cubatão, que também precisa de desassoreamento, enquanto o Conselheiro Anselmo Cadorin, da AEA Babitonga indaga se os pontos mencionados estão de acordo com os relatórios da Defesa Civil, no que o Conselheiro o Jonas Pykocz, da SEINFRA informa que sim, esses pontos foram definidos com base nos relatórios da Defesa Civil e que novos pontos serão analisados posteriormente. O Conselheiro Anselmo Cadorin questionou, ainda, se irão ser retirados materiais dos rios no desassoreamento dos pontos do Rio Cubatão, no que o Conselheiro Jonas Pykocz, da SEINFRA respondeu que não serão retirados, contudo esses os materiais serão realocados para a margem com a finalidade de se formar uma proteção. O Conselheiro Anselmo Cadorin indaga se será colocado na margem do rio algum outro tipo de proteção além dos próprios materiais realocados, no que o Conselheiro Jonas Pykocz, da SEINFRA confirmou que não, serão apenas utilizados os materiais provenientes do rio. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM questiona se somente com os materiais em excesso dos rios será possível criar uma proteção efetiva para a margem, no que o Conselheiro Jonas Pykocz, da SEINFRA responde que sim, nos pontos apresentados esse excesso de material será o suficiente, reforçando também que não será escavado nenhum trecho do rio para realocar os materiais, apenas retirados os sedimentos acumulados em excesso. O Conselheiro Anselmo Cadorin questiona se não foram pensadas outras formas de proteção, como a instalação de gabiões, por exemplo, já que apenas realocar materiais não solucionaria o problema definitivamente, uma vez que com o tempo eles retornariam ao rio, o qual deverá passar novamente pelo processo de desassoreamento, no que a Diretora da SAMA, Ana Rizatti comentou que serão ponderadas ideias como essa para ações futuras nesses e em outros pontos, enquanto o Conselheiro Jonas Pykocz, da SEINFRA complementa que para uma ação como essa seria necessário um projeto de tramitação de licitação, o que faz com que demore mais para a execução de um plano como esse. O Conselheiro Manoel Vicente, da Aproágua questiona se no trecho da Curva do Nereu não será necessário remover material do rio, no que o Conselheiro Jonas Pykocz, da SEINFRA responde que foram feitas análises de potencial de risco nos pontos e que, nesse trecho, não foi identificada a necessidade de realizar remoção de material do rio. O Conselheiro Jonas solicita que caso alguém tome conhecimento de outros pontos que necessitem de intervenções, notifiqum a Defesa Civil para que seja averiguada a situação, reiterando que nenhuma ação será tomada sem que sejam adquiridas as autorizações ambientais necessárias, além de informar que, somente no Distrito de Pirabeiraba, já foram feitas intervenções em mais de 40(quarenta) quilômetros no ano de 2023. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM, cita o relatório de áreas para desassoreamento feito no ano de 2018 e aprovado na época pela Comissão Técnica desse Conselho, dizendo que, se o mesmo tivesse sido seguido, o processo de desassoreamento estaria acontecendo de forma mais célere, reforçando também que o novo relatório apresentado deve ser seguido e que devemos procurar uma forma para que seja feito um processo contínuo de desassoreamento, em que as áreas já identificadas sejam analisadas e desassoreadas, evitando-se esperar que chegue à situações de emergências para que as ações sejam realizadas. O Conselheiro Manoel Vicente, da Aproágua manifesta que ele e os outros produtores estão tendo muitas perdas financeiras em decorrência de enchentes, relembrado de uma enchente recente, próxima a um trecho do Rio Cubatão, em que oito propriedades tiveram perdas de ferramentas, materiais e prejuízos na produção, reiterando a importância de solucionar o problema da falta de desassoreamento o quanto antes. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco, aproveita o ensejo para reforçar o convite para que todos participem da 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico para discutir essa e outras demandas de grande importância para o município, informando também que uma das próximas pautas a serem trabalhadas pelo Conselho Gestor da APA será a revisão do Plano de Manejo da Unidade de Conservação. O Secretário do Conselho Gestor da APA, José Neto agrega que os membros do Conselho nessa Conferência participarão como Delegados natos, ou seja, possuem poder de voz e voto, reiterando a importância de suas participações para levantarem questões de grande relevância para a APA, de forma que sejam elaboradas propostas referentes a temas como o desassoreamento, por exemplo, que irão compor a Carta da Conferência, a qual será composta de diretrizes elaboradas e aprovadas no evento, e serão trabalhadas nos próximos dois anos para que se tornem Políticas Públicas. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM, comenta sobre a necessidade de se formar uma Comissão Técnica com o objetivo de definir questões de tráfego de caminhões com produtos tóxicos na Serra Dona Francisca, definindo peso e tipo dos caminhões, horários para sua circulação entre outras questões, de forma a estabelecer uma legislação sobre o tema, o que é possível, em conformidade com o atual Plano de Manejo. A Conselheira Carla Caroline Correia, da SAMA, alega que no processo de revisão do plano de manejo serão formadas Comissões Técnicas para trabalhar cada um dos itens, contudo a presente reunião extraordinária foi marcada para tratar apenas do tema desassoreamento. O Conselheiro Manoel Vicente, da Aproágua questiona se já foi contratada a empresa que será responsável pela revisão do Plano de Manejo da APA, no que a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco respondeu que não, pois ainda se está na fase de análise do preenchimento dos requisitos pelas empresas candidatas. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM sugere que ocorra uma nova reunião extraordinária do Conselho, em razão da Conferência, para que seja discutido um planejamento para o Verão 2023/2024 da SAMA, com amplo envolvimento das Entidades da APA, Defesa Civil, Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura, Polícia Ambiental, Polícia Rodoviária, entre outras, para definir as estratégias principalmente nas regiões dos rios muito procurados pelo público na alta temporada. O Conselheiro Alcides Bergmann, da AJAq se manifesta no sentido que deve-se reforçar a proibição e fiscalização de caixas de som com volume muito alto nos rios nesses períodos, uma vez que atrapalha a rotina e o descanso das pessoas que moram e trabalham nessas regiões. O Secretário do Conselho, José Neto comunica aos Conselheiros que na próxima reunião deverão ser convidadas novas Entidades que desejem participar desse Conselho, para formalização de seus interesses. A recondução das atuais Entidades integrantes deverá ser processada durante o mês de novembro, uma vez que o atual mandato se encerra no mês de dezembro, do corrente ano. Neto informa às Entidades que desejarem permanecer no Conselho que manifestem suas vontades, por Oficio, ao mesmo tempo que devemos noticiar outras entidades interessadas para suprirem as vagas remanescentes de entidades que não estão mais participando. Será enviado ao Grupo dos Conselheiros a relação de frequência de todas as Entidades, para que seja homologada eventual exclusão, na próxima reunião plenária. Encerradas as manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco declara a pauta encerrada, passando para o próximo item da reunião. Pauta 3) Sugestões de Pauta e Palavra Livre: A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco questiona se há alguém que deseja se utilizar da palavra, uma vez que não há assuntos pré-pautados nesse item, ao que, sem quaisquer manifestações declara encerrada a pauta. Não havendo demais contribuições ou manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Magda Cristina Villanueva Franco agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 18h25min, sendo extraída a presente Ata, assinada pela Presidente do Conselho da APA, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca PORTARIA SAMA Nº 004/2023 SEI Nº: 0015522611

João Victor Galvan

José Augusto de Souza Neto UNIDADE DE APOIO AOS CONSELHOS

**A gravação emáudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco**, **Gerente**, em 16/10/2023, às 09:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.joinville.sc.gov.br/informando o código verificador 0018530512 e o código CRC 0111F0CA.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

23.0.003424-1

0018530512v36 0018530512v36